Docusign Envelope ID: CF54BD59-663D-4F26-9120-43A1F863459D

Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.

CNPJ 58.069.360/0001-20

Demonstrativo da Posição Financeira e Patrimonial Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.656	79.816
Contas a receber de clientes	5	279.384	279.510
Partes Relacionadas	7	8.189	–
Tributos a recuperar	6	81.588	87.050
Outros ativos	8	26.719	22.942
Total do ativo circulante		405.536	469.318
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	5	3.702	3.702
Partes relacionadas	7	12.533	20.560
Outros ativos	8	12.882	14.659
IR e contribuição social diferidos	12	33.825	30.758
		62.942	69.679
Imobilizado	9	24.354	28.367
Intangível	10	57.917	32.103
Direito de uso	–	379	89
		82.650	60.559
Total do ativo não circulante		145.592	130.238
Total do ativo		551.128	599.556

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	–	11.199	8.496
Partes relacionadas	7	2.220	15.295
Salários, benefícios e encargos sociais	11	154.590	154.976
Dividendos a pagar	16(d)	93.892	–
Tributos a pagar	13	31.186	25.946
Passivo de arrendamento	–	135	94
Outros passivos	14	13.337	7.198
Total do passivo circulante		306.559	212.005
Passivo não circulante			
Tributos a pagar	13	–	903
Passivo de arrendamento	–	253	–
Provisão p/demandas judiciais e administrativas	15	70.281	72.026
Outros passivos	14	18.297	24.014
Total do passivo não circulante		88.831	96.943
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	10.000	10.000
Reservas de capital	16 (b)	11	11
Reserva legal	16 (c)	2.000	2.000
Reserva de lucros	16 (e)	143.727	278.597
Total do patrimônio líquido		155.738	290.608
Total do passivo e patrimônio líquido		551.128	599.556

Demonstração do resultado

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	17	1.581.929	1.577.281
Custo dos serviços prestados	18	(1.300.325)	(1.264.075)
Lucro bruto		281.604	313.206
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	18	(69.890)	(46.682)
Gerais e administrativas	18	(148.365)	(113.340)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	24.480	17.763
Lucro operacional antes do resultado financeiro		87.829	170.947
Resultado financeiro líquido	19	13.508	15.866
Resultado antes do IR e da CS		101.337	186.813
IR e contribuição social correntes	12	(4.913)	–
IR e contribuição social diferidos	12	3.067	(2.187)
Lucro líquido do exercício		99.491	184.626

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**99.491**	**184.626**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**99.491**	**184.626**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.000	11	2.000	180.033	–	192.044
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	184.626	184.626
Distribuição de dividendos	16 (d)	–	–	–	–	(86.062)	(86.062)
Transferência para conta de reserva de lucros	–	–	–	–	98.564	(98.564)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.000	11	2.000	278.597	–	290.610
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	99.491	99.491
Distribuição de dividendos	16 (d)	–	–	–	(134.872)	(99.491)	(234.363)
Transferência para conta de reserva de lucros	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**10.000**	**11**	**2.000**	**143.725**	**–**	**155.738**

Demonstrações do fluxo de caixa

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**99.491**	**186.813**
Ajustes no resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado	9	10.202	9.322
Amortização do intangível	10	12.579	8.794
Amortização do direito de uso		150	153
Juros por passivo de arrendamento		26	30
Baixa de imobilizado	9	114	1.333
Provisão (reversão) de perda para crédito liquidação duvidosa	5	6.582	494
Faturamento antecipado		3.094	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	15	(1.745)	(1.193)
Variação cambial, líquida	–	1.200	1.504
Impostos diferidos	–	(3.067)	–
Total		128.626	207.250
Redução (aumento) nos ativos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de clientes		(7.928)	(28.262)
Tributos a recuperar		5.462	(24.025)
Outros ativos		(2.162)	4.165
Aumento (redução) nos passivos circulantes e não circulantes			
Fornecedores		2.975	(6.409)
Salários e encargos sociais		(386)	12.272
Tributos a pagar		4.337	1.254
Outros passivos		(15.745)	19.806
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		115.179	186.051
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	9	(6.303)	(9.420)
Pagamento pela aquisição de ativo intangível	10	(38.393)	(33.042)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(44.696)	(42.462)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal de passivo por arrendamento		(146)	(30)
Pagamento de juros de passivo por arrendamento		(26)	(147)
Pagamento de dividendos	16 (d)	(140.471)	(86.062)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(140.643)	(86.239)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(70.160)	57.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	79.816	22.466
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	9.656	79.816

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., fundada em 1987 e com sede na Rua Minas Gerais, 1476, Jaguariúna - SP, é uma multinacional brasileira que tem por objeto a prestação de serviços na área de computação, manutenção, aulas, conferências, palestras, consultoria e assessoria, assistência técnica, desenvolvimento e programação de softwares e de sistemas aplicativos, locação e fornecimentos de mão de obra, pesquisa e inovação tecnológicas e telecomunicações. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. A emissão das demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **3.1. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **(i)** no mercado principal para o ativo ou passivo; ou **(ii)** na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: **· Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; **· Nível 2 -** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; **· Nível 3 -** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorrera transferência entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Companhia adota o CPC 48 - instrumentos financeiros. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de **clientes e demais contas a receber, além de fornecedores e outras contas a pagar. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(i)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(ii)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre **(i)** o valor do ativo e **(ii)** o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconheceu uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **ii) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento a pagar e outros passivos. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado; • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. **3.4. Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. **Incentivos fiscais:** A Companhia, mais uma vez, ao longo do ano-fiscal de 2024, realizou gastos com pesquisas e desenvolvimento que puderam ser enquadrados na Lei 11.196, mais conhecida como "Lei do Bem". Os gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se à pagamentos de mão-de-obra especializada dedicada a atividades de inovação tecnológica e desenvolvimento de softwares. Tal enquadramento permitiu à Companhia o aproveitamento do referido benefício, reduzindo sua base de cálculo para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no ativo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **3.6. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e utilizando-se as taxas aceitas pela legislação fiscal, que na avaliação da Administração refletem a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9. **3.7. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: **(i)** viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; **(ii)** intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; **(iii)** o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; **(iv)** disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e **(v)** capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.8. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento do na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.12. Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 05 passos para reconhecimento e mensuração: **(i)** Identificação de contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e **(v)** reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia é uma prestadora de serviços de informática e atende aos critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes conforme regras contábeis vigentes. Suas receitas são reconhecidas à medida em que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Nos casos em que a Companhia tenha percorrido todas as obrigações de desempenho, mas que, por motivos diversos, o documento fiscal obrigatório não foi emitido, a Companhia realiza a apropriação da receita por meio de lançamentos contábeis específicos, revertendo-os quando da emissão do documento fiscal, respeitando, assim o princípio da Competência. Caso ocorram adiantamentos de valores pelo cliente, eles são apresentados como adiantamento de clientes (passivo circulante e não circulante) no balanço patrimonial. **3.13. Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32. O capital social é composto por 10.000 ações e está totalmente subscrito e integralizado. Os dividendos são definidos em reunião dos acionistas, conforme estabelecido no estatuto social. **3.14. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **a) Previdência privada:** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **b) Participação nos lucros:** A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **c) Benefício pós-emprego - planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações monetárias. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **3.16. Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.17. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **3.18. Adoção de novos padrões de contabilidade - Novas práticas contábeis e alterações de normas contábeis e tributárias, aplicáveis em 2025:** • CPC 02 (R3)/IAS 21 - Perda de conversibilidade (Lack of Exchangeability): Em 15/08/2023, o IASB emitiu emendas à IAS 21 com vigência para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025, definindo como avaliar a inexistência de conversibilidade entre moedas, como estimar a taxa spot nesses casos e as divulgações a serem apresentadas. No Brasil, a convergência foi submetida à audiência pública pelo CPC (Revisão PT CPC nº 27 - Perda de Conversibilidade). A Administração avaliou que não há operações com ausência de conversibilidade que exijam aplicação dessas emendas em 2025; portanto, não houve impacto nessas demonstrações. • OCPC 10 - Créditos de carbono (tCO_2e), allowances e CBIO: Aprovada em 18/10/2024 e divulgada em 16/12/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Empresa não origina, adquire, mantém ou consome créditos de carbono, allowances ou CBIOs, nem possui obrigações de descarbonização que demandem reconhecimento contábil, motivo pelo qual não houve impactos em 2025. • Reforma Tributária Internacional - Pilar Dois (IAS 12/CPC 32) e legislação brasileira: Em 27/12/2024 foi promulgada a Lei nº 15.079/2024, instituindo o Adicional da CSLL (QDMTT) no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2025, com regulamentação pela IN RFB nº 2.228/2024 (posteriormente ajustada). A Empresa não está no escopo das regras do Pilar Dois (grupos com receita consolidada ≥ €750 milhões) ou, se aplicável, adota a exceção temporária prevista nas emendas ao IAS 12/CPC 32 para não reconhecer tributos diferidos relacionados ao Pilar Dois, divulgando a política e monitorando os desdobramentos locais. A Administração realizou a análise e cálculo do Pilar Dois e não houve efeito de ajuste nas demonstrações contábeis de 2025. Normas e emendas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025: • CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações: efetiva para 2027 (com comparativos de 2026). A Empresa antecipa alterações de apresentação (ex.: subtotais obrigatórios no resultado e divulgações sobre MPMs), sem expectativa de efeitos na mensuração. A Administração iniciará, oportunamente, o plano de implementação. · IFRS 19 - Subsidiárias sem accountability pública (divulgações reduzidas): efetiva para 2027. A Empresa avaliará a elegibilidade e conveniência de adoção quando da entrada em vigor. • IFRS 9/IFRS 7 - Classificação e mensuração (inclui SPPI p/ ESG-features e liquidação eletrônica): efetiva para 2026. A Empresa não espera impactos relevantes; avaliará eventuais ajustes de classificação e divulgações até a data de vigência. À luz das normas acima, não houve impactos contábeis relevantes nas demonstrações de 2025 decorrentes de alterações normativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos - em moeda nacional	3.363	5.963
Aplicações financeiras de curto prazo **(*)**	6.293	73.853
Total	**9.653**	**79.816**

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pelas taxas que variam entre 83% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025 e 2024. A exposição da Companhia a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

5. Contas a receber de clientes	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber - nacional		
A vencer	180.828	171.818
Vencidos	55.383	48.328
Faturas não emitidas	59.998	62.308
Total	**296.209**	**282.454**
Duplicatas a receber - exterior		
A vencer	2.623	9.922
Total	**2.623**	**9.922**
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(15.746)	(9.164)
Total	**283.086**	**283.212**
Ativo circulante	279.384	279.510
Ativo não circulante **(a)**	3.702	3.702
Total	**283.086**	**283.212**

(a) Retenções contratuais feitas por clientes, para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada, a expectativa para recebimento é acima de 12 meses. Os títulos líquidos de provisão têm a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	**183.451**	**181.740**
Vencidos		
De 1 a 30 dias	13.647	6.408
De 31 a 60 dias	2.735	3.011
De 61 a 90 dias	1.791	14.073
De 91 a 180 dias	2.924	–
Acima de 180 dias	34.286	24.835
Total	**238.834**	**230.067**
PECLD	(15.746)	(9.163)
Total	**223.088**	**220.904**

A Companhia constitui a Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. A Companhia também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída. A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:

Mapa de movimentação da PECLD	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(9.164)**	**(8.670)**
(Provisão)/reversão	(7.388)	(997)
Outros ajustes	806	503
Saldo final	**(15.746)**	**(9.164)**

6. Tributos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições retidos na fonte **(*)**	79.715	86.481
INSS a recuperar	1.871	567
Outros Impostos a recuperar	2	2
Total	**81.588**	**87.050**
Ativo circulante	81.588	87.050
Ativo não circulante	**–**	**–**

(*) Benefício da Lei do Bem, no qual impactou o saldo de IR/CS a recuperar em PERDCOMP.

7. Partes relacionadas - 7.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga aos administradores durante o exercício de 2025 totalizou R$ 744 (R$ 660 em 2024). As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. **7.2. Saldos ativos com partes relacionadas:** Os saldos ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro dos respectivos anos são relativos a transações com Companhias do grupo conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Stefanini EUA	6.469	3.716
Stefanini Italia	14	–
Stefanini NV/AS	–	–
Stefanini Hungary KFT.	216	206
Stefanini Mexico	344	302
IHM Engenha e Sist de Auto Ltda	4.070	3.561
Stefanini Data e Analytics S.A.	2.000	2.000
Stefanini Peru	6.463	–
Stefanini Romania SRL	539	642
Stefanini SARL	607	31
Callere Soluções e Com. Inform.	–	10.102
Orbitall	–	–
Total	**20.722**	**20.560**
Ativo circulante	8.181	–
Ativo não circulante	**12.533**	**20.560**

Sobre os contratos de mútuos entre empresas do grupo incidem, a título de juros, a taxa correspondente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **7.3. Saldos passivos com partes relacionadas:** Os saldos passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro dos respectivos anos são relativos a transações com Companhias do grupo conforme abaixo demonstrado:

		31/12/2025	31/12/2024
Stefanini Networking Consult. In	Prestação de serviços	–	1.294
Stefanini NV	Prestação de serviços	2.177	2.413
Other	Prestação de serviços	43	11.588
Total		**2.220**	**15.295**
Passivo circulante		2.220	15.295
Passivo não circulante		**–**	**–**

8. Outros ativos	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários, férias e 13º salário (*)	4.904	654
Despesas antecipadas - serviços	983	1.928
Adiantamento para fornecedores	13.089	11.623
Garantias e cauções **(**)**	6.315	6.033
Depósitos judiciais	11.605	13.639
Outros **(***)**	2.705	3.724
Total	**39.601**	**37.601**
Ativo circulante	26.719	22.942
Ativo não circulante	**12.882**	**14.659**

(*) O aumento do saldo de adiantamento de férias em 31 de dezembro de 2025 decorre da maior concentração de pagamentos realizados no final do exercício, relacionados a períodos de gozo no início de janeiro de 2026. No exercício anterior, tais desembolsos ocorreram majoritariamente no próprio período de competência. **(**)** Garantias e cauções são retenções para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada; **(***)** Refere-se a adiantamentos de viagens, aluguéis a receber e outros créditos.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2025	Valor líquido 31/12/2024
Computadores e eletrônicos	75.688	(54.918)	20.770	24.229
Veículos	461	(271)	190	249
Móveis e utensílios	7.961	(6.620)	1.341	1.603
Instalações, máquinas e equipamentos	8.500	(8.053)	447	619
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.875	(269)	1.606	1.669
Total	**94.485**	**(70.131)**	**24.354**	**28.367**

As movimentações nos saldos do imobilizado no exercício de 2025 e 2024 estão descritas a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2024	Adição (*)	Baixas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2025
Computadores e eletrônicos	**70.259**	6.075	(646)	–	**75.688**
Veículos	**461**	–	–	–	**461**
Móveis e utensílios	**7.792**	180	(11)	–	**7.961**
Instalações, máquinas e equipamentos	**8.455**	45	–	–	**8.500**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**1.421**	3	(1)	633	**2.058**
Obras em andamento	**635**	–	–	(633)	**2**
Total	**89.023**	**6.303**	**(658)**	**–**	**94.668**

Depreciação acumulada	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2024	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2025
Computadores e eletrônicos	20,0%	**(46.030)**	534	(9.421)	**(54.918)**
Veículos	20,0%	**(212)**	–	(58)	**(271)**
Móveis e utensílios	10,0%	**(6.189)**	10	(442)	**(6.620)**
Instalações, máquinas e equipamentos	10,0%	**(7.836)**	–	(217)	**(8.053)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	**(389)**	–	(64)	**(452)**
Total		**(60.656)**	**544**	**(10.203)**	**(70.314)**

(*) Conforme o prazo de vigência de cada contrato de aluguel.

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição (*)	Baixas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2024
Computadores e eletrônicos	**63.651**	7.127	(519)	–	**70.259**
Veículos	**178**	283	–	–	**461**
Móveis e utensílios	**7.233**	561	(2)	–	**7.792**
Instalações, máquinas e equipamentos	**8.194**	271	(10)	–	**8.455**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**2.029**	1.178	(1.151)	–	**2.056**
Total	**81.285**	**9.420**	**(1.682)**	**–**	**89.023**

Depreciação acumulada	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2024
Computadores e eletrônicos	20,0%	**(37.899)**	305	(8.436)	**(46.030)**
Veículos	20,0%	**(178)**	–	(34)	**(212)**
Móveis e utensílios	10,0%	**(5.709)**	2	(482)	**(6.189)**
Instalações, máquinas e equipamentos	10,0%	**(7.566)**	10	(280)	**(7.836)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0%	**(332)**	33	(90)	**(389)**
Total		**(51.684)**	**350**	**(9.322)**	**(60.656)**
Total Líquido 2024					**28.367**
Total Líquido 2023					**29.602**

(*) Conforme o prazo de vigência de cada contrato de aluguel. **Revisão da vida útil:** A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do *impairment:*** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado.

10. Intangível

	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2025	Valor líquido 31/12/2024
Software	34.809	(24.107)	**10.702**	**8.591**
Licença de uso (em desenvolvimento)	–	–	**–**	**23.512**
Projeto Natcorp.	1.123	(1.123)	**–**	**–**
Software Gerado Int **(*)**	47.215	–	**47.215**	**–**
Total	**83.147**	**(25.230)**	**57.917**	**32.103**

(*) A amortização do referido intangível será iniciada em 2026. A movimentação nos saldos de custo do ativo intangível para os anos de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adição (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Software	**20.119**	14.690	–	–	**34.809**
Licença de uso (em desenvolvimento)	**23.512**	–	–	(23.512)	**–**
Projeto Natcorp	**1.123**	–	–	–	**1.123**
Software gerado internamente (**)		23.703	–	23.512	**47.215**
Total	**44.754**	**38.393**	**–**	**–**	**83.147**

	Saldo em 31/12/2023	Adição (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Software	**24.085**	9.530	(13.496)	–	**20.119**
Licença de uso (em desenvolvimento)	**–**	23.512	–	–	**23.512**
Projeto Natcorp	**1.123**	–	–	–	**1.123**
Total	**25.208**	**33.042**	**(13.496)**	**–**	**44.754**

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa. **(**)** A Companhia mantém investimentos no desenvolvimento de softwares próprios voltados à automação e ao aprimoramento de processos internos, com abordagem "AI First". Os gastos diretamente atribuíveis são reconhecidos como ativo intangível quando atendidos os critérios aplicáveis e serão amortizados pelo método linear, com início em 2026, ao longo de até 36 meses, com base na vida útil estimada e nos benefícios econômicos futuros esperados. A Administração avaliou que os benefícios econômicos estão associados principalmente a ganhos de eficiência operacional e redução de custos, decorrentes da aplicação de Inteligência Artificial. A movimentação nos saldos da amortização do ativo intangível para os anos de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

Amortização acumulada	Taxa anual amortização	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Software	10 a 20%	**(11.528)**	(12.579)	–	–	**(24.107)**
Amortização Natcorp		**(1.123)**	–			**(1.123)**
Total		**(12.651)**	**(12.579)**	**–**	**–**	**(25.230)**

Amortização acumulada	Taxa anual amortização	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Software	10 a 20%	**(16.230)**	(8.794)	13.496	–	**(11.528)**
Amortização Natcorp		**(1.123)**	–	–	–	**(1.123)**
Total		**(17.353)**	**(8.794)**	**13.496**	**–**	**(12.651)**

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do *impairment:*** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo intangível.

11. Obrigações trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
Provisão férias, 13º salário e encargos	90.324	93.365
Salários a pagar	28.392	27.770
Provisão para dissídio	1.126	1.019
Assistência médica e odontológica	2.001	3.262
Provisão para bônus e PLR	3.294	.937
INSS a recolher	12.009	8.805
FGTS a pagar	7.953	7.854
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	6.795	7.310
Outros	2.696	2.654
Total	**154.590**	**154.976**

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(4.913)	–
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	3.067	(2.186)
Despesa de IR e contribuição social	**(1.846)**	**(2.187)**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IR e contribuição social	**101.337**	**186.814**
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social pela alíquota de 34%	(34.455)	(63.517)
Diferenças permanentes		
Pesquisa e desenvolvimento	35.860	62.841
Doações, multas e outras despesas	(3.364)	(1.744)
Outras adições/exclusões	(3.067)	428
Efeito do IR adicional/ PAT	113	1.992
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(4.913)	–
Alíquota efetiva	4,85%	–

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.354	1.118
Provisões (demandas judiciais e contratos onerosos)	23.895	29.542
Outras provisões	4.576	98
Total do IR e CS diferidos líquidos (ativo)	**33.825**	**30.758**

13. Tributos a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Cofins	2.577	1.343
PIS	268	288
ISS	2.949	2.581
IR retido na fonte	17.181	16.322
Impostos parcelados	4.584	2.180
Provisão de impostos para receitas não faturadas	3.431	3.457
Outros impostos	206	678
Total	**31.186**	**26.849**
Passivo circulante	31.186	25.946
Passivo não circulante	**–**	**903**

14. Outros passivos	31/12/2025	31/12/2024
Receita diferida - antecipação de clientes	8.684	5.590
Antecipações de clientes - créditos	3.669	607
Aluguéis a pagar	24	21
Acordos trabalhistas a pagar	112	260
Outras contas **(*)**	19.145	24.732
Total	**31.634**	**31.210**
Passivo circulante	13.337	7.196
Passivo não circulante	**18.297**	**24.014**

(*) Refere-se a contrato de convênio, assinado em 2024, entre Stefanini e fornecedor (banco), referente à prestação exclusiva de serviços, pelo prazo de 6 anos (seis anos), de gestão da folha de pagamento da Stefanini e a antecipações de recebíveis de clientes. **15. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R$ 70.281 (R$72.026 em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**49.091**	**21.552**	**2.576**	**73.219**
Provisão	–	1.834	–	**1.834**
Reversões	(2.976)	(51)	–	**(3.027)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**46.115**	**23.335**	**2.576**	**72.026**
Provisão	–	–	–	**–**
Reversões	(3.526)	1.781	–	**(1.745)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**42.589**	**25.116**	**2.576**	**70.281**

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 28.881 em 31 de dezembro de 2025 (R$20.068 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base. **16. Patrimônio líquido - a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital integralizado era de R$ 10.000 (R$10.000 em 2024) representado por 10.000 ações ordinárias (10.000 ações ordinárias em 2024). O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma: Stefanini Participações S.A, 9.999 ações (9.999 ações em 2024) e, Marco Antônio Silva Stefanini, 0.001 ações (0.001 ações em 2023). **b) Reservas de capital:** A reserva de capital é de R$ 11 (R$ 11 em 2024). **c) Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social. **d) Dividendos:** Conforme previsto em contrato social, é facultada aos acionistas a determinação e distribuição de dividendos. Em 2025, foram constituídos dividendos no montante de R$ 234.363 (R$86.602 em 2024), dos quais R$ 140.471 foram pagos no próprio exercício e R$ 93.892 permanecem a pagar, com previsão de liquidação no exercício subsequente. **e) Reserva para retenção de lucros:**

Fonte dos recursos	31/12/2025	31/12/2024
Reserva de lucros	143.727	278.598
Total das fontes	**143.727**	**278.598**

17. Receita operacional líquida: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

Receita bruta operacional	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	1.755.637	1.769.255
Receita locação de equipamentos	437	487
Receita de licenças de softwares	1.874	1.754
Total	**1.757.948**	**1.771.496**
Deduções sobre vendas		
PIS	(13.043)	(13.388)
Cofins	(60.167)	(61.752)
ISS	(38.597)	(38.776)
INSS	(61.469)	(77.211)
Cancelamentos	(2.743)	(3.088)
Total	**(176.019)**	**(194.215)**
Receita operacional líquida	**1.581.929**	**1.577.281**

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18. Custos, despesas e outras despesas/receitas

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.060.405)	(1.123.160)
Encargos trabalhistas	(183.008)	(72.822)
Custo com materiais, licenças, entre outros	(45.988)	(38.626)
Serviços de terceiros	(142.244)	(136.739)
Acordos trabalhistas	(7.107)	(14.320)
Depreciação e amortização	(22.784)	(18.083)
Viagens e estadias	(5.430)	(3.222)
Depreciação direito de uso	(150)	(153)
Despesas tributárias	(6.779)	(5.420)
Manutenção e conservação	(1.616)	(1.680)
Propaganda e publicidade	(8.862)	(4.833)
Perda de créditos liquidação duvidosa	(7.388)	(997)
Aluguéis	(1.861)	(1.814)
Provisão para contingências	1.745	1.193
Outros	(2.223)	14.342
Total	**(1.494.100)**	**(1.406.334)**
Função		
Custo dos serviços prestados	(1.300.325)	(1.264.075)
Despesas de vendas	(69.890)	(46.682)
Despesas administrativas e gerais	(148.365)	(113.340)
Outras receitas (despesas) operacionais	24.480	17.763
Total	**(1.494.100)**	**(1.406.334)**

19. Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial ativa	2.132	4.784
Juros ativos	822	503
Descontos obtidos	1.013	560
Variação monetária ativa	8.238	7.544
Receita de aplicações financeiras	6.245	5.606
Outras receitas	36	14
Total	**18.486**	**19.011**
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(3.332)	(1.614)
Juros passivos	(291)	(264)
Desconto concedido	(628)	(611)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(167)	(277)
Outras despesas	(452)	(269)
Despesas bancárias	(91)	(98)
Multas e moras	(17)	(12)
Total	**(4.978)**	**(3.145)**
Resultado financeiro	**13.508**	**15.866**

20. Gestão de riscos financeiros - a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 18,33% da receita recorrente. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	3.363	5.963
Aplicações financeiras	6.293	73.853
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	283.086	283.212
Total	**292.742**	**363.028**

b) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 01 ano	Até 02 anos	De 03 a 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Fornecedores	11.199	–	–	–	**11.199**
Arrendamento a pagar	135	253	–	–	**388**
Outros passivos (Nota Explicativa nº 14)	13.337	18.297	–	–	**31.643**
Total	**24.672**	**18.550**	**–**	**–**	**43.222**

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **c) Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **e) Gestão de capital:** A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. **f) Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

	31/12/2025 Valor justo por meio do resultado	31/12/2025 Custo amortizado	31/12/2024 Valor justo por meio do resultado	31/12/2024 Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	3.363	–	5.963	–
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4)	6.293	6.293	73.853	–
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	283.086	283.086	–	283.212
Outros ativos (Nota Explicativa nº 8)	39.601	39.601	–	37.601
Total	**332.343**	**328.980**	**79.816**	**320.813**
Passivos financeiros				
Fornecedores	11.199	11.199	–	8.496
Arrendamento a pagar	389	389	–	94
Outros passivos (Nota Explicativa nº 14)	31.634	31.634	–	31.212
Total	**43.222**	**43.222**	**–**	**39.802**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. • Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. • Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para esses ativos. **g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligado a variação de indicadores de inflação para reajuste de contas de clientes e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 03 cenários para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2025 e 2024, de 14,50% e 7,46% (12,42% e 4,42% em 2024 e 2023), respectivamente, e este definido como cenário provável; a partir deste, foram simuladas variações de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/25	Indexador	Risco	Cenário I - Provável (a)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	**2.957**	CDI	Diminuição do CDI	429	221	1.68
Total				**14,50%**	**7,46%**	**5,67%**

Operação	Saldo em 31/12/24	Indexador	Risco	Cenário I - Provável (a)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	**73.853**	CDI	Diminuição do CDI	7.695	6.883	4.586
Total				**12,42%**	**9,32%**	**6,21%**

(a) Fonte: Bacen - Banco Central do Brasil. **21. Eventos subsequentes:** Não existem eventos subsequentes passíveis de divulgação.

Diretoria

Marco Antônio Silva Stefanini - Diretor-Presidente
Luiz Carlos de Marques Aguiar - Diretor Financeiro
Cristiane Aparecida Pires - Contadora - CRC 1SP289294/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas; Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. — CRC 2SP-025.583/O-1
Edinilson Attizani-Contador — CRC 1SP-293.919/O-7

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2026 22:39:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*